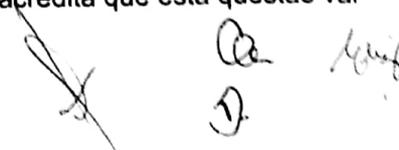


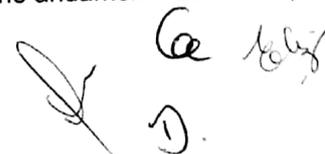
ATA Nº 15/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS. Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: Ana Carolina Lemos Cavalheiro (Suplente/Sec.Educação); Taisa de Oliveira Duwe (Titular/Procuradoria Geral); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Daniel Pereira dos Santos (Titular/Semear); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12) e Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12). Contando com a participação de **outros representantes**: Antonio Ivo Dal Piva (Casa dos Conselhos); Maria Santos (UNIVALI) e Siomara Duarte Lenzi (Casa dos Conselhos). **Justificaram Ausência**: Mariza Zanoni Fernandes (Titular/ACESA). **Ofícios expedidos**: Ofício nº 26/2019 ao Conselho Municipal de Assistência Social, solicitando resposta ao ofício nº 18/2019. **Documentos recebidos**: Ofício nº 624/2019 da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social encaminhando o protocolo de atendimento para pessoas em situação de rua; E-mail sobre pedido de licença da COOPERMAR de afastamento até início do ano de 2020; Ofício nº 14/2019 CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) em resposta ao ofício nº 26/2019; E-mail do dia 22 de outubro de 2019 referente ao Relato Parto; Ofício nº 302/2019 Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina sobre a representação no Conselho Municipal de Direitos Humanos de Balneário Camboriú. Presidente Otávio inicia a reunião com o primeiro item da pauta **assinatura da ata** nº 14/2019, presidente informa que foi feita apenas uma modificação pela Conselheira Eliz que, exposta pelo presidente, foi aprovada pelos demais conselheiros procedendo a assinatura da ata. Presidente informa que foi expedido ofício para o CREAS para que viesse representante à reunião, visto que, em reuniões anteriores foi expedido ofícios para CREAS E CRAS, contando com a presença apenas de representante do CRAS para responder as questões sobre o programa "Projeto não dê esmola", não havendo do CREAS, foi recebido ofício explicando sobre a forma de atendimento da Casa de Passagem e atendimento feitos. Sobre o próximo item de **pauta a denúncia obstétrica do Hospital Ruth Cardoso** foi recebido um relato, do qual presidente fez a leitura e após informa, que não é o único relato deste teor, alguns levando ao óbito da criança. Presidente indagou aos conselheiros o que enquanto conselho de direitos humanos podem fazer sobre a questão do parto humanizado. Pontua que a Rede Cegonha ampliou o valor do parto humanizado, sendo um projeto realizado para evitar o números crescente de cesarianas que estava ocorrendo, mas, que a vontade da mãe, deve ser respeitada. Presidente expõe que o parto cesárea demanda um custo maior em relação ao parto natural, visto que envolve centro cirúrgico, porém desrespeita a grande maioria da vontade das mães, sendo então idealizado todo o projeto da Rede Cegonha, para dar um ampliação ao valor do parto natural. Havendo relato de algumas mães que o parto é forçado, com risco para a criança, ressalta que é uma questão constitucional e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) preconizando a primazia do interesse da criança, não podendo estar em sofrimento. É exposto que existe protocolo do Ministério da Saúde na questão dos partos, onde se é observado tanto o distanciamento de contrações, quanto da dilatação, sendo o principal foco o distanciamento das contrações já que muitas mães não apresentam dilatação e isso causa sofrimento ao bebê. Neste caso, deveria ser encaminhado à cesariana, não apenas forçar com materiais que causam sofrimento para mãe e ao bebê, ou não enchendo a mãe com medicamentos como ocitocina, que causa aumento de contrações, causando desconforto para mãe e se não tiver dilatação causará extremo sofrimento à criança. Presidente pergunta aos conselheiros o que sugerem. Conselheiro Daniel sugere mais qualificação das enfermeiras e médicas que atuam no atendimento destas mães. Conselheira Eliz fala que há uma resolução do Conselho Federal de Medicina onde diz que o médico pode decidir qual procedimento adotar independente do consentimento da paciente, porém o Ministério Público pede suspensão da mesma, pontua que não é só uma resolução, mas sim uma prática e acredita que esta questão vai



além da capacitação. Sugere encaminhar ofício à prefeitura para ver quais medidas foram tomadas, ofício ao setor de obstetrícia do Hospital Ruth Cardoso e à Secretaria de Saúde para se esclarecer que medidas estão sendo tomadas quanto a esta denúncia e outras tantas e quanto aos procedimentos protocolares. Presidente coloca que a primeira medida seria oficial a Secretaria e o Hospital Ruth Cardoso se há um protocolo, quais os procedimentos em relação a humanização e a partir dos relatos que vem surgindo, que medidas estão sendo tomadas. Conselheira Eliz pontua que não apenas as questões dos procedimentos, mas qual tem sido o critério utilizado pelos médicos para escolher qual parto mais adequado. Conselheiro Claudemir contribui falando que o município é pactuado com a Rede Cegonha não sendo só o município que irá responder. Presidente coloca que na Rede Cegonha tem diversos critérios, sendo projeto para parto humanizado, onde se procura um aumento dos partos naturais principalmente pela conscientização das mães do parto natural, presidente ressalta que independente disto a vontade da mãe deve ser respeitada, sendo uma questão de direito humano. Presidente coloca que é mais saudável o parto natural, se a mãe está tendo dilatação e contrações normais é muito melhor, tanto a recuperação, quanto em outros aspectos mas, para o bebê em si, o parto natural ou cesárea não tem diferença tão grande, mas para a mãe sim. Eliz coloca a preocupação quanto aos números em relação ao parto natural, se existe uma lógica ou são apenas critérios para receber recursos do Ministério da Saúde, ou tem serviços os quais são subsídios para essa mãe ou uma imposição para que ela faça parto natural ou realmente o acolhimento é humanizado. Conselheira Taisa pergunta se o hospital já foi notificado. Presidente informa que foi notificado pelo própria mãe e tem do Conselho Municipal de Saúde movimentação quanto ao assunto. Eliz sugere chamar a coordenação da ala obstétrica Taty. Presidente coloca para chamar para próxima reunião a coordenação da ala obstétrica, Secretaria de Saúde e Direção do Hospital para se saber o que está se fazendo e a questão do protocolo do parto, protocolo de humanização do parto referente ao projeto Cegonha. Já que existe protocolo do Ministério da Saúde enquanto parto e existe protocolo humanizado, dentro destes protocolos existem questões como números de contrações, dilatação e entre outras informações, a partir daí poderão apurar se houve desrespeito dos protocolos e quais as medida que efetivamente poderão ser tomadas para que isto não venha ocorrer. **Encaminhamentos:** solicitar protocolo da Prefeitura, do Ministério de Saúde quanto parto, protocolo da Rede Cegonha. Conselheiro Claudemir coloca a importância da presença desta equipe para saber desde quando a rede cegonha está atuando, também se protocolo está sendo seguido desde sua instalação. Passa-se ao próximo item da **pauta** **Assassinatos de pessoas em situação de rua** é colocado que apenas este ano ocorreram 14 assassinatos. Chega então a reunião Maria Santos professora do Direito do Trabalho a qual se apresenta e conselheiros se apresentam. Maria faz convite para o 2º Festival Catarinense de Culturas Afro do Vale do Itajaí dia 22 e 23 com várias oficinas na casa da cultura Dide Brandão em Itajaí e também quer colocar grupo de alunos para falar das demais alterações realizada no direito de trabalho o qual está sofrendo alterações, ficando precarizado, pedindo sugestões de grupos onde poderiam fazer esta exposição. Presidente Otávio coloca que o Conselho de Direitos Humanos está aberto para esta discussão. Conselheiro Daniel pede inserção na pauta Parada da Diversidade o qual é atendido pelo presidente com a concordância dos conselheiros presentes. Voltando ao assunto da pauta assassinatos de pessoas em situação de rua relata que já ocorreram 14 assassinatos pelo que consta nos inquéritos, assassinatos apenas no primeiro semestre de 2019, Presidente coloca que houve uma reunião onde falou informalmente com Secretário de Segurança onde o município pretende fazer um programa para retirada das pessoas em situação de rua. Estão tendo um aumento da população de rua pela problemática que se encontra o país e cidades que têm mais oportunidade são alvos visados. Há relatos de pessoas que vêm com promessas, afora outros fatos como problemática, social econômica etc. É exposto

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and smaller ones on the right, possibly representing the participants in the meeting.

que desde o ano passado a Prefeitura tem um programa "Não dê esmola mantém ele na rua de oportunidade" mas não é visível as oportunidades que a própria Prefeitura está dando, não sabendo como se está idealizando o programa visto que o próprio projeto tem várias incoerências na própria peça publicitária já que o projeto original não é fornecido ao conselho. Presidente diz que fez um pedido ao Conselho Municipal de Assistência Social pedindo se havia sido discutido no conselho o projeto "não dê esmola" que foi anunciado pela secretária de inclusão social em todos os locais que houve a participação, sendo a resposta do atual presidente que as informações estavam disponíveis no site da prefeitura a qual presidente checkou e não tem nenhuma referência ao projeto. Eliz coloca que em Balneário Camboriú, apesar dos diversos programas não estão preocupados com as pessoas que vivem na cidade estão mais preocupadas com cidade turística e mídias com as notícias que estão sendo veiculadas. Fica claro com o protocolo encaminhado ao conselho, que apenas se faz acolhimento da abordagem social, encaminhamento para dependência química e ônibus, se não quiser isto continua na rua. Que condições estão sendo feitas pois há diversos restaurantes populares em diversas cidades. Daniel pontua que é um ótimo ponto de partida a criação de restaurante popular na cidade. Eliz fala concluindo que, quanto a questão de assassinatos, para muitos é uma questão de limpeza da cidade a exclusão dessas pessoas de Balneário Camboriú, sendo uma afronta aos direitos humanos. Conselheiro Claudemir coloca que estão na quinta escala de eliminação de pessoas em situação de rua, estando sendo vivenciada na cidade esta escala, mas a sociedade vê isso e naturaliza. Pontua que como direitos humanos devem ter posicionamento mais firme como as questões de restaurante, casa de acolhimento não colocando como opção, mas sim delimitar um prazo, se não vão estar sendo coniventes. Daniel sugere fazer um ofício e solicitar a assinatura de outros conselhos para tentar a implantação de um restaurante popular. Presidente concorda e além disso fala em chamar o Secretário da Segurança para explicações e pedir oficialmente a partir do Ministério Público, porque vem pedindo o plano de ação do CREAS desde o início do ano. Conselheira Eliz sugere escrever uma nota de publicação fazendo referência a questão de assassinatos, protocolo, falta de inserção a oportunidade de trabalho e outras séries de situações com alguns apontamentos. Sendo aprovado pelos conselheiros presentes. Passa-se para **pauta da Parada da Diversidade** conselheiro Daniel parabeniza o pessoal da parada por fazer o evento ocorrer, mas apesar de ter acontecido de uma forma errônea, como sugeriu em algumas reuniões que a Parada deveria não prestar contas mas contar com o conselho municipal e tal fato não aconteceu. Presidente coloca que aconteceu, e pronunciou-se que o auxílio do conselho municipal ocorreu, chamando inclusive a Associação da Parada, a qual é responsável por organizar a Parada, perguntando em que o conselho poderia ajudar, não sendo apresentado no que, o conselho inclusive sugeriu em que poderiam ajudar. Sendo que a associação da parada não fez o pedido de banheiros químicos entre outros para não dizer que a prefeitura estava financiando poderiam ter feito pelo conselho o qual não foi feito por falta de documento, protocolo não apresentado ao conselho para embasar o pedido. Daniel coloca que é neste sentido que surge sua crítica o conselho quis ajudar de forma jurídica infelizmente não foi fornecido, e por isso não fez e acabou tendo sido dividida a pista com os carros na Av. Atlântica, acabou demorando mais a passeata, fora o risco que os participantes do evento estavam expostos. Presidente ressalta que quanto a agentes de trânsito só tinham duas viaturas e dois oficiais, quem estava lá fazendo era pessoal do tático fortemente armados. Daniel coloca que preocupou a população LGBT porque não faz sentido na manifestação da diversidade um policiamento com arma cacetete como se a população LGBT fornecesse algum perigo, sendo que o momento era para mostrar a diversidade, o respeito, o amor, porque apenas reivindicam direitos sociais e civis, sofrendo esta ameaça indireta, pois quando se vê uma arma uma cacetete principalmente a população negra e LGBT que já é marginalizada é preocupante, pontua que o apoio foi muito útil no andamento do desfile,



mas causou preocupação aos ativistas que estavam no movimento. Presidente coloca que o pessoal da polícia jogou moto em cima dos manifestantes. Conselheiro Claudemir pronuncia-se que o conselho colocou-se à disposição para auxiliar, para que tivesse uma parada que usasse toda a rua, não tem lógica as pessoas estarem dividindo a rua colocando a integridade dessas pessoas em risco. Coloca que foi de certa forma irresponsável. Presidente coloca que o Conselho de Direitos Humanos fez tudo que estava em seu alcance para ajudar o evento. Daniel fala através de mídias sociais que não consegue nenhum direito LGBT necessitando de meios jurídicos, é por isso que o conselho se pôs à disposição e infelizmente não contaram com o suporte. Daniel coloca que há despreparo para o ativismo e tanto que cita que duas amigas suas negras, lésbicas, foram hostilizadas e humilhadas pela Associação da Parada, pelos organizadores do evento, onde haviam sido convidadas para tocar no evento e não se apresentaram. Presidente pergunta aos conselheiros o que desejam fazer em relação a isto. Conselheiro Daniel fala em ter uma cadeira na parada para auxiliar nas discussões. Presidente explica que não se pode forçar isto. Maria complementa que por se tratar de uma Associação que tem critérios para admissão de novos sócios, pode ser aberto ou fechada, não tendo como forçar a entrada. Daniel fala, do jeito que permanece está ruim. Marisa coloca que do mesmo modo que as meninas sofreram racismo elas precisam fazer o boletim de ocorrência e fazer os encaminhamentos para esfera penal. Presidente fala que podem inclusive encaminhar para o conselho, pontua que seja por medo social não a efetividade da denúncia. Conselheira Eliz coloca que o conselho não pode exigir que entidades façam parte da associação mas pode encaminhar orientações ou encaminhamentos à Associação da Parada de que a próxima Parada possa aprender com o que não deu certo com esta. Conselheiro Daniel sugere encaminhamento para que conselho ocupe cadeiras na decisão das ações que serão tomadas pela Associação da Parada. Presidente explica que não pode pois ultrapassa a competência do conselho. Passa-se a pauta data da reunião de dezembro que está prevista para ocorrer no dia dezesseis, sendo deliberado pelos presentes a realização do mês de dezembro dia dez. A reunião de janeiro está marcada para dia vinte e um de janeiro, sendo decidida pelos presentes para dia vinte e oito de janeiro. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Antonio Ivo Dal Piva, da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

